



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

**Processo nº:** 00600-00006496/2020-17-e (a).

**Jurisdicionada:** Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF.

**Assunto:** Consulta.

**Ementa:** Consulta formulada pela Defensoria Pública do Distrito Federal versando sobre a possibilidade de a Administração celebrar contratos diretamente nos sítios eletrônicos de fornecedores de *software* na hipótese de a pesquisa de preços indicar ser mais vantajoso e quando for possível a contratação direta (por dispensa ou inexigibilidade).

. A Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade-SEGEM, na Informação nº 91/2020-Digem1 (peça 5), sugere ao Tribunal, em síntese, que: 1) conheça da Consulta e da Nota Técnica que a acompanha; 2) esclareça à consulente ser inviável à Administração celebrar contratos eletrônicos diretamente nos sítios eletrônicos de fornecedores de *software*, ainda que a pesquisa de preços indique ser mais vantajoso ao erário e seja possível a contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação; e 3) autorize a disponibilização à Defensoria Pública da Instrução, da Decisão que vier a adotar a Corte e do Relatório/Voto que a fundamente, bem como o retorno dos autos à SEGEM para fins de arquivamento.

. O Ministério Público de Contas, no Parecer nº 1036/2020-G2P (peça 11), subscrito pela ilustre Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, opina em concordância com a Unidade Técnica, mas em face da relevância da matéria, propõe, em acréscimo, que se proceda, em autos apartados, Estudos Especiais a respeito do tema, tendo em vista os novos modelos de comercialização derivados das tecnologias emergentes, assunto que exige acurada análise técnica.

. **VOTO.** Divergência parcial da Unidade Técnica e do *Parquet*. Conhecimento da Consulta. Expedição de esclarecimento ao órgão consulente no sentido de ser viável à Administração celebrar contratos eletrônicos diretamente nos sítios eletrônicos de fornecedores de produtos de informática na hipótese de a pesquisa de preços indicar ser essa via a mais vantajosa e quando for possível se realizar a contratação por dispensa de licitação fundada no que dispõe o artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993. Efetivação de Estudos Especiais considerando, à luz da Lei nº 14.133/2021, as questões tratadas neste feito. Devolução dos autos à SEGEM para arquivamento, entre



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

outras providências.

## RELATÓRIO

Cuidam os autos de consulta formulada pela Defensoria Pública do Distrito Federal versando sobre a possibilidade de a Administração celebrar contratos eletrônicos diretamente nos sítios eletrônicos de fornecedores de *software* na hipótese de a pesquisa de preços indicar ser mais vantajosa essa via e quando for possível a contratação direta (por dispensa ou inexigibilidade).

A Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – SEGEM procedeu à análise da matéria e, firmada na Constituição Federal (artigo 37, XXI), na Lei nº 8.666/1993 (artigos 27 a 33, 55, 60) e nas lições doutrinárias invocadas, responde negativamente à questão posta nessa consulta, a despeito da possibilidade de realização de compra/aquisição menos onerosa à Administração.

Da Informação nº 91/2020-Digem1 (peça 5), destaca-se o seguinte trecho, que bem sintetiza o entendimento da Unidade Técnica:

*“30. Ao fim e ao cabo, a despeito da possibilidade de obtenção de vantagem (Princípio da Economicidade), concluímos pela inviabilidade de a Administração firmar contratos eletrônicos diretamente nos sítios (eletrônicos) de fornecedores de software na hipótese, ainda que a pesquisa de preços indique ser mais vantajoso ao erário e que seja possível a contratação direta (por dispensa ou inexigibilidade de licitação), em razão da impossibilidade de se cumprir com as exigências dispostas nos arts. 27/33 da Lei nº 8.666/1993 quanto à habilitação da contratada, ressalvada a hipótese de pronta entrega (art. 32, §§ 1º e 7º, LLC), e da falta de adequação do instrumento – contrato de adesão –, que não permite o cumprimento do art. 55 da Lei de Licitações e Contratos.”*

Assim, para deliberação plenária, a SEGEM propõe a adoção do das medidas a seguir relacionadas:

*“I. conheça da consulta objeto do Ofício nº 338/2020 – DPDF/DPG (peça 3) e da Nota Técnica nº 40/2020 – DPDF/DPG/ASSEJUR (peça 4);*

*II. esclareça à consulente ser inviável à Administração celebrar contratos eletrônicos diretamente nos sítios (eletrônicos) de fornecedores de software, ainda que a pesquisa de preços indique ser mais vantajoso ao erário e seja possível a contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação, em razão:*

*a) da impossibilidade de se cumprir com as exigências dispostas nos arts. 27/33 da Lei nº 8.666/1993 quanto à habilitação da contratada,*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

*ressalvada a hipótese de pronta entrega (art. 32, §§ 1º e 7º, LLC);*

*b) de o instrumento de adesão não se conformar com o art. 55 da Lei nº 8.666/1993, o que fere o Princípio da Legalidade (art. 37, caput, da Constituição Federal);*

*III. autorize:*

*a. a disponibilização desta informação, do Relatório/Voto e da decisão que vier a ser adotada à Defensoria Pública do Distrito Federal para conhecimento;*

*b. o retorno dos autos à Segem para arquivamento.”*

Chamado a se pronunciar, o Ministério Público de Contas fê-lo nos termos do Parecer nº 1036/2020-G2P (peça 11), subscrito pela ilustre Procuradora **Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira**, no qual opina em linha de concordância com a Unidade Técnica. Nada obstante, em face da relevância da matéria, o *Parquet* propõe, em acréscimo, que se proceda, em autos apartados, Estudos Especiais a respeito do tema, tendo em vista os novos modelos de comercialização derivados das tecnologias emergentes, o que demanda acurada análise técnica. É o que se depreende do excerto do pronunciamento ministerial a seguir reproduzido, *in verbis*:

**“19. No mérito, nesta fase, o MPC/DF, sem maiores delongas, concorda com o Corpo Técnico.**

**20. Contudo, considerando que a temática é relevante, encaminha o MPC/DF proposta em acréscimo, a fim de ser autuado processo em apartado, por meio de Estudos Especiais, visto que, como se sabe, as tecnologias são emergentes, advindo novos modelos de comercialização, matéria para o qual é necessária análise técnica acurada<sup>1</sup>.**

**21. Por outro lado, o mundo normativo positivo, seja no âmbito público ou privado, não é capaz de abarcar todas as possibilidades da vida real.**

**22. A Constituição Federal, em seu artigo 37, constitucionalizou cinco princípios que devem ser de observância obrigatória na administração pública: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.**

**23. Ou seja, a Legalidade não vive sozinha, ela é a referência a ser conjugada com os demais princípios.**

---

<sup>1</sup> A exemplo do GRUPO I – CLASSE V – Plenário TC 030.236/2016-9 Natureza: Relatório de Auditoria Órgão/Entidade: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação Representação legal: não há. SUMÁRIO: AUDITORIA OPERACIONAL. PRÁTICAS COMERCIAIS ADOTADAS POR GRANDES FABRICANTES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) NA RELAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, POR OCASIÃO DA CONTRATAÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE E SEUS SERVIÇOS AGREGADOS. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES. CIÊNCIA. ARQUIVAMENTO.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

*24. Nesse mesmo status, o artigo 70 traz para o Controle Externo a obrigatoriedade de exercer a sua fiscalização, levando em conta na gestão, a legalidade, a legitimidade e a economicidade.*

*25. Ou seja, não basta ao gestor comprovar que a sua conduta foi legal, deve ser demonstrado que, além de legal, os seus atos foram legítimos e econômicos.*

*26. Assim, Legalidade e Economicidade devem andar juntas.*

*27. Nessa esteira, deve o gestor, ao motivar qualquer ato, princípio da motivação, demonstrar que a sua escolha deu-se sempre em favor da Administração Pública.” (o negrito consta do original)*

É o relatório.

## **VOTO**

Trata-se de consulta formulada pela Defensoria Pública do Distrito Federal versando sobre a possibilidade de a Administração Pública celebrar contratos eletrônicos diretamente nos sítios eletrônicos de fornecedores de produto de informática na hipótese de a pesquisa de preços indicar ser essa via a mais vantajosa e quando for possível se realizar a contratação por dispensa ou inexigibilidade de licitação.

A Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – SEGEM sugere que o Tribunal responda negativamente a esse questionamento, porquanto entende incabível a celebração de contrato administrativo por meio do instrumento de adesão, ainda que se esteja diante de realização de aquisição de bens ou serviços pela via menos dispendiosa para os cofres públicos. É o que se extrai da Informação nº 91/2020-Digem1 (peça 5).

O Ministério Público de Contas, por sua digna Procuradora **Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira**, desse entendimento não dissente. Nada obstante, compreende que a questão suscitada na consulta é digna de reflexão aprofundada, motivo pelo que propõe a realização de estudos especiais, cujo exame sugere seja procedido em autos apartados. É o que se pode inferir do que consta do Parecer nº 1036/2020-G2P (peça 11).

No que concerne ao conhecimento dessa consulta, nada a opor aos pronunciamentos da SEGEM e do órgão ministerial, uma vez que preenchidos os requisitos de admissibilidade<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Art. 264. Em caso de dúvida na aplicação de disposição legal ou regulamentar, em matéria de sua competência, o Tribunal decidirá sobre consultas que lhe forem formuladas pelo Presidente da Câmara Legislativa, Governador do Distrito Federal, por Secretário de Governo ou autoridade equivalente, bem como por dirigente de órgão relativamente autônomo ou entidade da administração indireta, incluídas as fundações.

§ 1º As consultas deverão versar direito em tese, indicar com precisão seu objeto e ser acompanhadas de



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Admitida a consulta, convém assinalar que a manifestação do Tribunal em resposta a consulta que lhe é formulada constitui prejulgamento da tese mas não do caso concreto.

Antes de adentrar o mérito dessa consulta, tenho de bom alvitre reproduzir o seguinte trecho da Nota Técnica Nº 40/2020-DPDF/DPG/ASSEJUR, documento técnico-jurídico que lastreia o questionamento formulado pelo órgão consulente, para não correr o risco de, num esforço de síntese, desprezar os elementos que demarcam a matéria e prejudicar a sua compreensão, *in verbis*:

*“O procedimento de contratação pública é de natureza formal, devendo obedecer os requisitos de habilitação, bem como as cláusulas mínimas previstas em contrato, senão veja-se o que dispõe a Lei Federal n.º 8.666/93, in verbis:*

*(...)*

*Apesar de menos custoso ao erário público, no caso de contratação dos programas diretamente no site de internet da empresa fornecedora do serviço não é possível atender aos ditames legais no que pertine à documentação comprobatória da habilitação legal da empresa.*

*Em adição, por trazer instrumento de contrato de adesão (mediante subscrição de formulário da internet), no caso de contratação do programa diretamente no site de internet da empresa fornecedora do serviço também não se mostra possível a inclusão de cláusulas essenciais à higidez do pacto, segundo o artigo 55 da Lei Federal n.º 8.666/93, dentre os quais ‘as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas’; ‘os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas’; ‘os casos de rescisão’; ‘o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa’; ‘a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor’; ‘a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos’ e ‘a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação’.*

*Destarte, a priori, o posicionamento jurídico desta Assessoria é pela impossibilidade de aquisição direta de programa no site de internet da empresa fornecedora do serviço, porque inexistente legislação específica sobre a possibilidade de realização de contratos eletrônicos de tal jaez, ao menos no âmbito do Distrito Federal.*

*Contudo, como a contratação pública tem como norte a probidade e a busca da aquisição mais vantajosa possível (economicamente), recomenda-se a realização de **consulta** sobre a possibilidade de*

---

parecer técnico-jurídico da Administração.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

*celebração de contratos eletrônicos diretamente nos sites de fornecedores de softwares por parte da Administração Pública, **quando a pesquisa de preços indicar ser esta a hipótese menos onerosa ao erário e quando for possível a contratação direta (dispensa ou inexigibilidade).***

*O pedido é pertinente uma vez que compete ao e. Tribunal de Contas do Distrito Federal ‘decidir sobre consulta que lhe seja formulada por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma estabelecida no Regimento Interno’, ex vi art. 1º, inciso XV, da Lei Complementar do Distrito Federal n.º 01/94.*

*Assim, mesmo diante do hiato normativo, em tese seria possível a realização de contratos eletrônicos nos casos de dispensa de licitação, quando balizados em decisão do TCDF (art. 63, inciso IV, do Regimento Interno do TCDF).” (os destaques constam do original)*

Nota-se que a Assessoria Jurídica da Defensoria Pública do DF, conquanto distinga atendimento às orientações que emanam do princípio da economicidade, considera, sob a perspectiva da legalidade, inviável a aquisição direta no site da internet da fornecedora dos bens e serviços almejados, por compreender que não há lastro legal que autoriza a celebração de contrato eletrônico dessa natureza.

Diante desse cenário, cumpre enfatizar que, dentre os princípios informadores da atividade administrativa, o *caput* do artigo 37 da Carta da República de 1988 explicita cinco princípios, quais sejam: legalidade, impeccabilidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Ademais, à luz do artigo 70 da vigente Constituição Federal e do artigo 77 da Lei Orgânica do Distrito Federal, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública local deve ser exercida quanto à legalidade, legitimidade, economicidade.

A expressa menção a esses postulados em partes do texto da Constituição e da Lei Orgânica do Distrito Federal dedicadas à Administração Pública evidencia a preocupação do legislador constitucional e distrital de levar o gestor público a atentar para a observância desses princípios na execução dos seus atos.

Ocorre que, não raras vezes, o gestor público depara-se com dúvida na aplicação concomitante desses princípios a determinada situação fática. De regra, a dúvida surge diante da percepção de existência de colisão entre um e outro princípios. O questionamento *sub examine*, por exemplo, deriva da compreensão do órgão consulente de que, na hipótese que descreve, a





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

colisão entre o princípio da legalidade e o princípio da eficiência se descortina.

É inegável que essa realidade se apresenta porque os princípios possuem níveis diferentes de apreensão da norma que enunciam. Cada princípio ostenta, com maior ou menor precisão, as informações necessárias à concretização do caráter normativo que afirma. Dado esse traço que os caracteriza, os princípios propiciam o surgimento de circunstâncias de tensão entre as diretrizes que deles procedem em face de caso que reclame resolução.

Conquanto se reconheça que tal realidade de tensão entre princípios encerra certa complexidade, não se pode ignorar que a avaliação jurídica que ocorre no curso desse evento constitui atividade que correntemente se exerce na aplicação do direito, máxime quando se está defronte de escolha que envolve dois interesses tutelados pelo ordenamento.

Indaga-se, então, o que fazer quando esse quadro se apresenta para o gestor público no desempenho de seu ofício?

Ao se adotar a premissa de que não há hierarquia normativa entre os princípios constitucionais, uma vez que a Constituição é um sistema de normas que imprime unicidade a todo o ordenamento jurídico, a remoção do dilema que acompanha escolha dessa natureza passa pela verificação se de fato há colisão de princípios e, em existindo, pelo emprego do método da ponderação entre princípios.

A propósito da utilização desse método na resolução de colisão entre princípios, Eros Roberto Grau<sup>3</sup>, ao discorrer a respeito de conflito entre normas jurídicas, aborda o tema das antinomias jurídicas, designando a *antinomia jurídica própria* para a situação de extirpação de uma das regras em conflito e *antinomia jurídica imprópria* para a situação de conflito que não conduz à necessidade de uma delas ser eliminada do sistema. Neste contexto, o eminente jurista pátrio anota o seguinte, reportando-se ao último tipo de antinomia:

*“Refere-se a doutrina ainda, no entanto, antinomias jurídicas impróprias. Aqui, porém, o conflito alinhado entre normas não conduz à necessidade de uma delas ser eliminada do sistema. O conflito se manifesta – há incompatibilidade entre ambas – porém não resulta em antinomia jurídica.”*

*Desse tipo, os conflitos entre princípios: a opção do aplicador do*

---

<sup>3</sup> Grau, Eros Roberto. *A Ordem Econômica na Constituição de 1988 (Interpretação e crítica)*. 6ª edição, revista e atualizada, 2001, p. 101.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

*direito ou do intérprete por um deles – em detrimento do que a ele se opõe – não implica desobediência do outro. Repita-se: esse tipo de conflito não resulta em antinomia.*

*Manifesta-se, aqui, precisamente a situação apontada por Dworkin: a circunstância de, em determinado caso, a adoção de um princípio, pelo aplicador do direito ou pelo intérprete, implicar o afastamento de outro, que com aquele entre em testilhas, não importa em que este seja eliminado do sistema, até porque – repito – em outro caso, e mesmo diante do mesmo princípio, este poderá vir a prevalecer. Robert Alexy observa que ao passo que os conflitos entre regras ocorrem na dimensão da validade, os conflitos entre princípios se verificam – visto que apenas princípios válidos podem colidir entre si – dentro da dimensão de peso.”*

George Marmelstein Lima, explanando sobre a hierarquia entre princípios e a colisão de normas constitucionais<sup>4</sup>, também menciona o método da ponderação como técnica de solução desse impasse ao asserir:

*“Duas soluções foram desenvolvidas pela doutrina (estrangeira, diga-se de passagem) e vêm sendo comumente utilizada pelos Tribunais. A primeira é a da concordância prática (Hesse); a segunda, a da dimensão de peso ou importância (Dworkin). A par dessas duas soluções, aparece, em qualquer situação, o princípio da proporcionalidade como ‘meta-princípio’, isto é, como ‘princípio dos princípios’, visando, da melhor forma, preservar os princípios constitucionais em jogo. O próprio HESSE entende que a concordância prática é uma projeção do princípio da proporcionalidade.*

*[...]*

*Portanto, somente diante do caso concreto será possível resolver o problema da aparente colisão de princípios, através de uma ponderação (objetiva e subjetiva) de valores, pois, ao contrário do que ocorre com a antinomia de regras, não há, a priori, critérios formais (meta-normas) e standards preestabelecidos para resolvê-lo.*

*O intérprete, no caso concreto, através de uma análise necessariamente tópica, terá que verificar, seguindo critérios objetivos e subjetivos, qual o valor que o ordenamento, em seu conjunto, deseja preservar naquela situação, sempre buscando conciliar os dois princípios em colisão. É a busca da composição dos princípios.”*

---

<sup>4</sup> Lima, George Marmelstein. *A hierarquia entre princípios e a colisão de normas constitucionais*. Disponível em: <https://www.sedep.com.br/a-hierarquia-entre-principios-e-a-colisao-de-normas-constitucionais/>. Acesso em 26 de abril de 2021.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Em sintonia com essa percepção doutrinária, tem trilhado o Supremo Tribunal Federal, consoante se pode colher dos julgados que se traz à colação a título ilustrativo, cujas ementas dos acórdãos lavrados possuem esta dicção:

*“Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL. RESOLUÇÃO 27/2008 DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). EXERCÍCIO LEGÍTIMO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS. VEDAÇÃO AO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA POR PARTE DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO. EFETIVO RESPEITO AOS PRINCÍPIOS DA IGUALDADE, DA MORALIDADE E DA EFICIÊNCIA, VETORES IMPRESCINDÍVEIS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. AÇÃO DIRETA JULGADA IMPROCEDENTE.*

1. O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) possui capacidade para a expedição de atos normativos autônomos (CF, art. 130-A, § 2º, I), desde que o conteúdo disciplinado na norma editada se insira no seu âmbito de atribuições constitucionais. *Precedentes.*

2. A Resolução 27/2008 do CNMP tem por objetivo assegurar a observância dos princípios constitucionais da isonomia, da moralidade e da eficiência no Ministério Público, estando, portanto, abrangida pelo escopo de atuação do CNMP (CF, art. 130-A, § 2º, II).

3. A atuação normativa do CNMP é nacional, podendo abranger tanto o Ministério Público da União quanto os Ministérios Públicos estaduais, preservada a competência dos Estados-Membros no sentido de, por meio de lei complementar, estabelecer “a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público” (CF, art. 128, § 5º).

4. **A liberdade de exercício profissional não é um direito absoluto, devendo ser interpretada dentro do sistema constitucional como um todo. A vedação do exercício da advocacia por determinadas categorias funcionais apresenta-se em conformidade com a Constituição Federal, devendo-se proceder a um juízo de ponderação entre os valores constitucionais eventualmente conflitantes. Precedentes.**

5. *Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente.”*

(ADI 5454. Pleno do STF em 15.04.2020. Publicação em 20.05.2020. Relator: Min. Alexandre de Moraes)

*EMENTA: ATO ADMINISTRATIVO. Terras públicas estaduais. Concessão de domínio para fins de colonização. Área superior a dez mil hectares. Falta de autorização prévia do Senado Federal. Ofensa ao art. 156, § 2º, da Constituição Federal de 1946, incidente à data*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

*dos negócios jurídicos translativos de domínio. Inconstitucionalidade reconhecida. Nulidade não pronunciada. Atos celebrados há 53 anos. Boa-fé e confiança legítima dos adquirentes de lotes. Colonização que implicou, ao longo do tempo, criação de cidades, fixação de famílias, construção de hospitais, estradas, aeroportos, residências, estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, etc.. Situação factual consolidada. Impossibilidade jurídica de anulação dos negócios, diante das consequências desastrosas que, do ponto de vista pessoal e socioeconômico, acarretaria. **Aplicação dos princípios da segurança jurídica e da proteção à confiança legítima, como resultado da ponderação de valores constitucionais.** Ação julgada improcedente, perante a singularidade do caso. Votos vencidos. Sob pena de ofensa aos princípios constitucionais da segurança jurídica e da proteção à confiança legítima, não podem ser anuladas, meio século depois, por falta de necessária autorização prévia do Legislativo, concessões de domínio de terras públicas, celebradas para fins de colonização, quando esta, sob absoluta boa-fé e convicção de validade dos negócios por parte dos adquirentes e sucessores, se consolidou, ao longo do tempo, com criação de cidades, fixação de famílias, construção de hospitais, estradas, aeroportos, residências, estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, etc..*

**(ACO 79. Pleno do STF em 15.03.2012. Publicação em 28.05.2012. Relator: Min. Cezar Peluso)**

Na jurisprudência do e. Superior Tribunal de Justiça – STJ, constata-se de igual modo a utilização do recurso da ponderação de valores constitucionais como forma de resolução da demanda sob apreciação. Confira-se, por exemplo, no julgamento do Recurso Especial nº 1846167/SP. Eis o que consta da ementa do acórdão desse julgado:

*CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO CUMULADA COM COBRANÇA DE ALUGUÉIS. DIREITO REAL DE HABITAÇÃO. COMPANHEIRA SUPÉRSTITE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO E ALIENAÇÃO DE IMÓVEL COMUM. INVIABILIDADE. ALUGUÉIS. DESCABIMENTO. JULGAMENTO: CPC/2015.*

*(...)*

*2. O propósito recursal é dizer se a) houve negativa de prestação jurisdicional; b) o direito real de habitação assegurado à companheira supérstite constitui empecilho à extinção do condomínio do qual participa com os herdeiros do de cujus e c) é possível a fixação de aluguel a ser pago pela convivente e por sua filha, também herdeira do falecido, em prol dos demais herdeiros, em consequência do uso exclusivo do imóvel.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

(...)

5. O direito real de habitação é *ex lege* (art. 1.831 do CC/2015 e art. 7º da Lei 9.272), vitalício e personalíssimo, o que significa que o cônjuge ou companheiro sobrevivente pode permanecer no imóvel até o momento do falecimento. Sua finalidade é assegurar que o viúvo ou viúva permaneça no local em que antes residia com sua família, garantindo-lhe uma moradia digna.

6. O advento do Código Civil de 2002 deu ensejo à discussão acerca da subsistência do direito real de habitação ao companheiro sobrevivente. Essa questão chegou a este Tribunal Superior, que firmou orientação no sentido da não revogação da Lei 9.278/96 pelo CC/02 e, conseqüentemente, pela manutenção do direito real de habitação ao companheiro supérstite.

7. Aos herdeiros não é autorizado exigir a extinção do condomínio e a alienação do bem imóvel comum enquanto perdurar o direito real de habitação (REsp 107.273/PR; REsp 234.276/RJ). **A intromissão do Estado-legislador na livre capacidade das pessoas disporem dos respectivos patrimônios só se justifica pela igualmente relevante proteção constitucional outorgada à família (203, I, CF/88), que permite, em exercício de ponderação de valores, a mitigação de um deles - in casu - dos direitos inerentes à propriedade, para assegurar a máxima efetividade do interesse prevalente, que na espécie é a proteção ao grupo familiar.**

(...)”

(REsp 1846167/SP. 3ª Turma do STJ em 09.02.2021. Publicação em 11.02.2021. Relatora: Min. Nancy Andrighi)

Essa linha de entendimento de conciliação de princípios constitucionais em colisão depreende-se, também, do julgamento do Recurso Especial nº 549.253/RS, cujo acórdão está assim ementado:

**“ADMINISTRATIVO – SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO – OUTORGA DE RÁDIO COMUNITÁRIA: LEI 9.612/98 E DECRETO 2.615/98.**

1. A Lei 9.612/98 criou um novo sistema de radiodifusão, facilitou a concessão, mas não dispensou a autorização prévia, que é obrigatória.
2. Déficit na estrutura administrativa, com excessiva demora na apreciação dos pedidos de autorização, ensejando o excepcional consentimento judicial para o funcionamento.
3. Exame da legalidade no moderno direcionamento, que não pode ser entendido como submissão absoluta à lei.
4. Recurso especial improvido.”

No voto condutor desse acórdão, a eminente Ministra Eliana Calmon asseriu, reportando-se ao funcionamento sem autorização de rádios



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

comunitárias em decorrência da inação do Poder Público, *in verbis*:

*“Nos precedentes últimos, examinava-se o ato de fechamento da rádio comunitária pirata em funcionamento. Aliás, cheguei a questionar, em um mandado de segurança impetrado para o fim de fazer cessar a interdição, que outro seria o desfecho se o pedido do impetrante fosse contra o prazo de espera de autorização, incompreensivelmente não solucionado, positiva ou negativamente.*

*O que ali já antevia surgiu nesta ação, em que o pleito é bem claro: funcionar sem autorização, pela inação do Poder Público.*

*Enfim, o Judiciário não pretende imiscuir-se na atividade precípua do órgão público. A intervenção que se pretende é em nome do princípio da eficiência e da moralidade, porque não se pode admitir que permaneça uma comunidade a aguardar solução, por mais de um ano. O que se espera é que haja uma resposta, uma informação, um reconhecimento, pelo menos.*

*A era da pós-modernidade está a exigir da Administração Pública postura que a identifique com a sociedade à qual serve, superando a grave crise de identidade e de gestão, ambas escondidas no princípio da legalidade, retórico, formal, ocultando, sem dúvida alguma, o intuito de manter-se no status quo.*

*Não se apregoa aqui a quebra do princípio da legalidade. Afinal, é ele a expressão maior do Estado de direito. No entanto, pretende-se proclamar, sim que o princípio da legalidade não pode ser entendido como submissão absoluta à lei, deixando os Poderes da República a reboque do Legislativo.*

*Neste início de século, a lei e o princípio da legalidade colocam-se em função dos ideais de Justiça.*

*A nova proposta é para que se assente a legalidade, a que se submete a Administração, na dimensão global do ordenamento jurídico, no qual estão consagrados valores constitucionalmente inerentes ao modelo de Estado ali previsto. E, nesse modelo, a transparência, a eficiência e a moralidade transparecem como corolários da legalidade.”*

Nota-se que o entendimento condutor desses julgados imprime visão ao exame da legalidade que mitiga o mero exercício mecânico de subsunção do fato à norma para também considerar nessa atividade os demais valores consagrados nas normas jurídicas incidentes sobre a espécie.

Tal deve ocorrer no tratamento da situação fática que conforma a hipótese versada na consulta ora em apreço. Isto porque os princípios da legalidade e da eficiência, ambos ostentando *status* de princípios constitucionais,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

frisa-se, encerram diretrizes de relevância para a ação administrativa. Um ponto de equilíbrio entre eles há de existir e ser buscado, de forma a viabilizar a aplicação da norma que enunciam.

Nessa contextura, importa avançar na apreciação do mérito do questionamento em causa, perscrutando se, de fato, o caso descrito na consulta constitui colisão de princípios constitucionais, conforme se cogita, e, se existente, como preservar os valores por eles afirmados.

Como se sabe, vige para a Administração Pública, como regra, a obrigatoriedade de realização de certame licitatório visando à contratação de obras, serviços, compras e alienações. É o que consta do inciso XXI do art. 37 da Constituição de 1988, *in verbis*:

*“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*(...)*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”*

Vê-se que o texto constitucional, ao se reportar às exceções especificadas na legislação, remeteu para a norma infraconstitucional a incumbência de excepcionalizar os casos que escapam da incidência da obrigação de licitar.

Desse modo, a Lei nº 8.666/1993, ao regulamentar mencionado dispositivo da Constituição, relacionou os casos de dispensa de licitação, no art. 24, e de inexigibilidade do certame, no art. 25. Nas condições descritas nesses dispositivos legais, está a Administração Pública autorizada a adquirir bens e a promover a contratação de serviços e obras sem a realização do processo licitatório.

Como é sabido, a locução legal “*dispensável a licitação*” que consta do *caput* do art. 24 da Lei nº 8.666/1993 aponta para um cenário no qual a disputa entre os interessados de contratar com a Administração Pública é viável, mas quis o legislador, no rol dos eventos que relaciona, conferir ao gestor competência para promover a contratação direta. Por seu turno, a locução legal “*inexigível a licitação*”, empregada no art. 25 desse diploma legal, se direciona para as circunstâncias na qual a competição é inviável, sendo que tal dispositivo





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

lista três situações, em rol não exaustivo, que se perfazendo a inviabilidade do certame é juridicamente reconhecida.

Assim, presentes os pressupostos configuradores dos eventos a que se reportam essas locuções legais, a obrigatoriedade de se licitar está afastada.

Uma das situações que conduzem à dispensa do certame licitatório está aquela descrita no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, de seguinte dicção:

*“Art. 24. É dispensável a licitação:*

*(...)*

*II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea ‘a’, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez”.*

Com amparo nesse dispositivo e considerando a atualização de valores introduzidas pelo Decreto Federal nº 9.412/2018, a aquisição de bens e contratação de serviços no importe de até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) prescindem da realização do procedimento licitatório.

Marçal Justen Filho<sup>5</sup>, ao comentar essa disposição legal, ressalta que o custo econômico da licitação maior do que o benefício que dela se possa extrair não justifica a realização do certame. Daí a norma legal dispensar o certame. Eis o que preleciona com proficiência, *verbis*:

*“A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública.”*

Nesse sentido e em consonância com a finalidade da disposição legal neste ponto evidenciada, não se pode descartar os instrumentos eletrônicos de comercialização de bens e serviços hodiernamente disponibilizados e sobejamente utilizados pelos agentes econômicos como meio idôneo de a Administração Pública suprir suas demandas materiais, mitigando custos e

---

<sup>5</sup> Justen Filho, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 16ª edição, Revista, Atualizada e Ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, pg. 399.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

**otimizando benefícios.**

Impende registrar que o Decreto Federal nº 7.962/2013 dispõe sobre a contratação no comércio eletrônico, o denominado *e-commerce*, propicia ambiente jurídico para esse fim. Peço vênica para reproduzir parte desse diploma legal:

*“Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico, abrangendo os seguintes aspectos:*

*I - informações claras a respeito do produto, serviço e do fornecedor;*

*II - atendimento facilitado ao consumidor; e*

*III - respeito ao direito de arrependimento.*

*Art. 2º Os sítios eletrônicos ou demais meios eletrônicos utilizados para oferta ou conclusão de contrato de consumo devem disponibilizar, em local de destaque e de fácil visualização, as seguintes informações:*

*I - nome empresarial e número de inscrição do fornecedor, quando houver, no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;*

*II - endereço físico e eletrônico, e demais informações necessárias para sua localização e contato;*

*III - características essenciais do produto ou do serviço, incluídos os riscos à saúde e à segurança dos consumidores;*

*IV - discriminação, no preço, de quaisquer despesas adicionais ou acessórias, tais como as de entrega ou seguros;*

*V - condições integrais da oferta, incluídas modalidades de pagamento, disponibilidade, forma e prazo da execução do serviço ou da entrega ou disponibilização do produto; e*

*VI - informações claras e ostensivas a respeito de quaisquer restrições à fruição da oferta.*

*Art. 3º Os sítios eletrônicos ou demais meios eletrônicos utilizados para ofertas de compras coletivas ou modalidades análogas de contratação deverão conter, além das informações previstas no art. 2º, as seguintes:*

*I - quantidade mínima de consumidores para a efetivação do contrato;*

*II - prazo para utilização da oferta pelo consumidor; e*

*III - identificação do fornecedor responsável pelo sítio eletrônico e do fornecedor do produto ou serviço ofertado, nos termos dos incisos I e II do art. 2º.*

*Art. 4º Para garantir o atendimento facilitado ao consumidor no comércio eletrônico, o fornecedor deverá:*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

*I - apresentar sumário do contrato antes da contratação, com as informações necessárias ao pleno exercício do direito de escolha do consumidor, enfatizadas as cláusulas que limitem direitos;*

*II - fornecer ferramentas eficazes ao consumidor para identificação e correção imediata de erros ocorridos nas etapas anteriores à finalização da contratação;*

*III - confirmar imediatamente o recebimento da aceitação da oferta;*

*IV - disponibilizar o contrato ao consumidor em meio que permita sua conservação e reprodução, imediatamente após a contratação;*

*V - manter serviço adequado e eficaz de atendimento em meio eletrônico, que possibilite ao consumidor a resolução de demandas referentes a informação, dúvida, reclamação, suspensão ou cancelamento do contrato;*

*VI - confirmar imediatamente o recebimento das demandas do consumidor referidas no inciso, pelo mesmo meio empregado pelo consumidor; e*

*VII - utilizar mecanismos de segurança eficazes para pagamento e para tratamento de dados do consumidor.*

*Parágrafo único. A manifestação do fornecedor às demandas previstas no inciso V do **caput** será encaminhada em até cinco dias ao consumidor.*

*Art. 5º O fornecedor deve informar, de forma clara e ostensiva, os meios adequados e eficazes para o exercício do direito de arrependimento pelo consumidor.*

*§ 1º O consumidor poderá exercer seu direito de arrependimento pela mesma ferramenta utilizada para a contratação, sem prejuízo de outros meios disponibilizados.*

*§ 2º O exercício do direito de arrependimento implica a rescisão dos contratos acessórios, sem qualquer ônus para o consumidor.*

*§ 3º O exercício do direito de arrependimento será comunicado imediatamente pelo fornecedor à instituição financeira ou à administradora do cartão de crédito ou similar, para que:*

*I - a transação não seja lançada na fatura do consumidor; ou*

*II - seja efetivado o estorno do valor, caso o lançamento na fatura já tenha sido realizado.*

*§ 4º O fornecedor deve enviar ao consumidor confirmação imediata do recebimento da manifestação de arrependimento.*

*Art. 6º As contratações no comércio eletrônico deverão observar o cumprimento das condições da oferta, com a entrega dos produtos e serviços contratados, observados prazos, quantidade, qualidade e adequação.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

*Art. 7º A inobservância das condutas descritas neste Decreto ensejará aplicação das sanções previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 1990.”*

Percebe-se que há ambiente regulatório minimamente estabelecido para que, ao menos na situação de que trata a consulta em causa e na hipótese prevista no inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993, possa a Administração Pública celebrar negócios jurídicos valendo-se do uso da internet, propiciando economicidade, celeridade e eficiência à ação administrativa praticada em tal contexto.

Aliás, grande avanço nessa direção já se constata no âmbito distrital, com o advento do Portal de Compras Governamentais do Distrito Federal<sup>6</sup>, desenvolvido em plataforma *web*, que possibilita o gerenciamento *online* dos procedimentos licitatórios, da gestão contratual e da gestão de suprimentos dos órgãos e entidades do Distrito Federal, e integrado pelos sistemas corporativos *e-ComprasDF* (Sistema de Gestão de Compras Governamentais), *e-ContratosDF* (Sistema de Gestão de Contratos) e *e-SupriDF* (Sistema de Gestão de Suprimentos).

Na esfera federal, à vista do disposto na Portaria nº 306, de 13 de dezembro de 2001, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem-se o Sistema de Cotação Eletrônica de Preços, operado no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, que constitui forma de obtenção de propostas para aquisições de pequeno valor, cuja despesa enquadra-se na hipótese do inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993.

Entretanto, conquanto a implantação de sistemas de compras governamentais eletrônicas se apresente merecedora de todos os encômios, é inegável que a utilização da *internet* pela Administração Pública para se proceder aquisições diretamente em *sites* de fornecedores, em razão do valor da despesa que dispense o procedimento licitatório, possui a virtude de acrescentar benefícios à ação administrativa, com a perspectiva de aquisições com maior eficiência e economicidade.

A propósito, a 1ª Câmara do e. Tribunal de Contas da União, diante de caso de exigência editalícia segundo a qual a prestadora do serviço almejado pelo órgão licitante deveria ter presença física no local da realização do serviço, entendeu que essa condição configurava fator de inibição ao caráter competitivo do certame. Eis o que se colhe do voto prolatado pelo eminente Ministro José Múcio Monteiro no TC-011.879/2012-2, cujo entendimento orientou

---

<sup>6</sup> O Decreto-DF nº 39.211/2018 dispõe sobre o Portal de Compras do Distrito Federal no âmbito do Programa de Gestão de Compras Governamentais (COMPRASDF), e os sistemas corporativos de suporte ao ciclo de compras públicas.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

o que assentado no Acórdão nº 6798/2012, *in verbis*:

*“7. Embora seja inegável a existência de obstáculo à participação de empresas sem estrutura física em Campo Grande/MS, a questão central a ser avaliada é a adequação e a necessidade desse pré-requisito para a apropriada execução do objeto.*

*8. Na atualidade, como ocorre na prestação de outros serviços, as atividades afetas ao agenciamento de viagens são essencialmente realizadas por meio de sistemas informatizados operados através da internet. Assim, é razoável que se permita a participação na licitação em debate, de empresas situadas em outras localidades, desde que possuam estrutura necessária para prestar os serviços à distância.*

*9. A esse respeito, alegam os responsáveis que, em decorrência de a Embrapa Gado de Corte estar localizada em área rural, é comum que haja problemas no acesso à internet que chegam a se estender por semanas, o que impossibilitaria a prestação dos serviços em discussão por períodos. Ainda segundo eles, isso justificaria a necessidade de estabelecimento físico de atendimento da futura contratada na capital sul-mato-grossense.*

*10. Essa afirmação foi devidamente refutada pela secretaria. Na realidade, nos dias atuais, a maioria das atividades exercidas em nossa sociedade, públicas ou não, depende da utilização de tecnologia da informação, incluindo a rede mundial de computadores. Há sempre o risco de que alguma falha impeça temporariamente a utilização desses instrumentos. Todavia, isso não justifica a exigência de haver uma estrutura física permanente para suprir essas contingências. Se há, realmente, problemas de acesso à internet que perduram por semanas (o que, a propósito, não foi comprovado nos autos), entendo que seria mais razoável buscar uma solução para essa questão e não gerar uma despesa adicional dispensável que certamente será gerada com o custo da agência de viagens para manter escritório em Campo Grande/MS.*

*11. Percebo que, em essência, as justificativas dos responsáveis baseiam-se na agilidade que o escritório da futura contratada traria para a realização dos serviços. Todavia, conquanto seja natural que a presença física da agência de viagens possibilite contato mais célere com a contratada, é prescindível para que se cumpra apropriadamente o objeto pretendido. Para prevenir problemas e evitar surpresas, decerto devem ser adequados o planejamento das viagens e a disponibilidade dos serviços relativos à tecnologia da informação.*

Vê-se que, segundo esse precedente do TCU, a exigência de loja física, em determinados casos, pode representar ofensa ao caráter competitivo do certame licitatório e, em outros, afastada a obrigatoriedade de licitar, vilipêndio às diretrizes dos postulados da eficiência e da economicidade.

**Com efeito, a utilização pela Administração Pública dos benefícios**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

proporcionados pela *internet* com vistas a imprimir eficiência e economicidade às aquisições de bens e serviços de menor valor, com fulcro no artigo 24, inciso II, do vigente Estatuto das Licitações é medida que se me afigura exequível.

Ademais, não se deve olvidar que a Lei nº 8.666/1993, no seu artigo 15, inciso III, prescreve, ainda, outra orientação ao gestor público. Segundo esse dispositivo, as compras, sempre que possível, deverão submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado. É o que consta literalmente da norma, *verbis*:

*“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:  
(...)”*

*III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado”.*

Ao emitir comentário a respeito dessa disposição legal, Marçal Justen Filho<sup>7</sup> aduz que há nela comando indutor de acatamento das diretrizes que emanam do princípio da eficiência. Eis o que consigna o renomado doutrinador pátrio:

*“As regras do art. 15 são de extrema relevância para a Administração. A cláusula ‘sempre que possível’ não remete à discricionariedade da Administração. Não é equivalente a ‘quando a Administração o quiser’. A fórmula verbal torna impositiva e obrigatória a adoção das providências constantes do elenco, ressalvadas as hipóteses em que tal for ‘impossível’. Portanto, a Administração deverá justificar a ausência de observância das exigências do art. 15, explicitando os fundamentos evidenciadores da impossibilidade de sua aplicação. Isso ficou ainda mais claro em função da alteração da fórmula legal anterior.*

*O dispositivo apresenta íntima relação com os arts. 11 e 12. Todos os três dispositivos emanam dos mesmos princípios jurídicos e apresentam idêntica natureza. Restringem a liberdade do agente administrativo, especificando como devem ser perseguidos e realizados os fins a que se orienta a atividade estatal. Os princípios jurídicos que norteiam qualquer contratação administrativa (verse ela sobre compras ou sobre obra ou serviço) exigem que os recursos financeiros sejam bem aplicados. Isso significa redução de custos e adequação às necessidades públicas*

*(...)”*

*Não se evita a má utilização de recursos por meio de formalismos e burocracia. A Lei determina a aplicação, no setor público, das práticas adotadas no setor privado. No seu campo próprio de atuação, o Estado necessita de agilidade e de eficiência. Deve, de um lado, garantir-se*

---

<sup>7</sup> Ibid. pg. 246/247



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

*contra fornecedores incapacitados. De outro lado, tem de atuar com rapidez e eficácia, contratando com a presteza necessária.*

*O art. 15 evidencia que a contratação administrativa não deve ser mais onerosa e menos eficiente do que a do setor privado. (...)"*

Ora, no mundo contemporâneo, da era digital, verifica-se com facilidade que cada vez mais o setor privado tem-se valido dos meios proporcionados pela *internet* para exercer suas atividades econômicas, reduzindo custos e otimizando resultados.

Assim, na linha do comando inserto no inciso III do artigo 15 do vigente Estatuto das Licitações e por força do princípio da eficiência, outra não deve ser a postura da Administração Pública.

Impõe-se, então, que o gestor público, no exercício de seu mister, adote os melhores meios para atingir os fins colimados pelo Estado, sendo lícita a via cogitada na consulta em apreciação para prover eventual necessidade material da Administração. Como visto, o próprio Estatuto das Licitações oferece os parâmetros a serem atendidos.

Entendo que assim deve ser em face dos vetores que, nos termos do *caput* do artigo 37 da Constituição Federal, direcionam o gestor público a prestar obediência não só à legalidade, mas também à impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, entre outros postulados, na execução dos seus atos. A operação jurídica é de soma e não de subtração dos valores enunciados por esses princípios.

Impende ressaltar neste ponto que, na dicção do parágrafo único do artigo 26 da Lei nº 8.666/1993, o processo de dispensa e de inexigibilidade deve ser instruído, no que couber, com estes elementos: *(i)* caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso; *(ii)* razão da escolha do fornecedor ou executante; *(iii)* justificativa do preço; e *(iv)* documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Dessa maneira, a documentação listada no artigo 27 da Lei nº 8.666/1993 não se aplica a essa hipótese de contratação direta, uma vez que a disposição nele contida refere-se, de um modo geral, à documentação de habilitação nos certames licitatórios. Tanto que o § 1º do artigo 32 desse diploma legal, reportando-se a modalidades de licitação, dispõe que *"a documentação de que tratam o art. 28 a 31 desta Lei poderá ser dispensada, no todo ou em parte, nos casos de convite, concurso, fornecimento de bens para pronta entrega e leilão"*.

Nesse sentido já deliberou o Plenário do egrégio Tribunal de





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Contas da União, conforme se pode colher, por exemplo, da Decisão nº 1241/2002 e do Acórdão nº 2616/2008:

**Decisão nº 1241/2002:**

*“O Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:*

*(...)*

*8.2 - determinar ao dirigente do Conselho Regional de Farmácia em Minas Gerais-CRF-MG:*

*(...)*

*8.2.2 - que observe rigorosamente os ditames da Lei nº 8.666/93, especialmente quanto:*

*(...)*

*8.2.2.6 - à exigência de comprovação de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS quando da dispensa ou inexigibilidade de licitação, tanto na contratação como na efetuação de pagamentos (art. 195, inciso I, § 3º da CF 88, art. 47, I, alínea ‘a’ da Lei 8.212/91, art. 27, alínea ‘a’ da Lei 8.036/90 e art. 2º da Lei 9.012/95);*

*(...)”*

**Acórdão nº 2616/2008:**

*“Sumário: PEDIDO DE REEXAME INTERPOSTO CONTRA DETERMINAÇÃO DO ITEM 9.3.1 DO ACÓRDÃO Nº 725/2007-PLENÁRIO. EXIGÊNCIA DE REGULARIDADE FISCAL NAS CONTRATAÇÕES POR DISPENSA DE LICITAÇÃO FUNDAMENTADA NO ART. 24, INCISOS I E II, DA LEI Nº 8.666/93. CONHECIMENTO. PROVIMENTO. Não é exigida a comprovação de regularidade fiscal nas contratações por meio de dispensa de licitação fundamentada nos incisos I e II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93.”*

Peço vênica para reproduzir excerto do voto condutor desse Acórdão proferido pelo eminente Ministro Ubiratan Aguiar, porque nele também se aborda aspectos que se verificam presentes na consulta aqui em apreço, *in verbis*:

*“3. A situação em foco refere-se às contratações diretas, por dispensa de licitação, em razão do valor reduzido, conforme autorização contida no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93. Pelos referidos incisos, é dispensável a licitação para obras e serviços de engenharia (inciso I) e para outros serviços e compras (inciso II) de valor de até 20% (percentual alterado pela Lei nº 11.107/2005 de 10% para 20%, no caso de consórcios públicos, sociedade de economia mista, empresa pública e por autarquia ou fundação qualificadas, na forma da lei, como Agências Executivas), dos limites previstos na alínea ‘a’ dos incisos I e II do art. 23. Ressalva-se, em ambos os casos, que essas contratações não podem se referir ‘a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

*possam ser realizadas conjunta e concomitantemente' (inciso I) ou 'a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez', de modo a não permitir o fracionamento indevido do objeto.*

*4. A título de esclarecimento, pelos dispositivos acima permite-se contratar diretamente obras e serviços de engenharia até o valor de R\$ 30.000,00 e outros serviços e compras até o valor de R\$ 16.000,00. Esses patamares referem-se ao mencionado percentual de 20%, uma vez que a Infraero é empresa pública. Nas demais situações, que não aquelas indicadas na Lei nº 11.107/2005, o percentual é de 10%, portanto, R\$ 15.000,00 e R\$ 8.000,00, respectivamente.*

*5. Outro dispositivo da Lei nº 8.666/93 que merece ser destacado é o art. 32, § 1º, que permite a dispensa dos documentos relativos à habilitação de licitantes (arts. 28 a 31 da referida Lei), no todo ou em parte, nos casos de convite, concurso, fornecimento de bens para pronta entrega e leilão. Quanto a essa dispensa, cabe salientar entendimento deste Tribunal acerca da regularidade fiscal, conforme consta da Decisão nº 705/94-Plenário:*

*'1. firmar o entendimento de que:*

*a) por força do disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal - que torna sem efeito, em parte, o permissivo do § 1º do art. 32 da Lei nº 8666/93 -, a documentação relativa à regularidade com a Seguridade Social, prevista no inciso IV do art. 29 da Lei nº 8666/93 e, mais discriminadamente, no art. 27-a da Lei nº 8036/90, no art. 47-I-a da Lei nº 8212/91, no art. 2º-a da IN nº 93/93-SRF e no item 4-I-a da Ordem de Serviço INSS/DARF nº 052/92 é de exigência obrigatória nas licitações públicas, ainda que na modalidade convite, para contratação de obras, serviços ou fornecimento, e mesmo que se trate de fornecimento para pronta entrega;*

*b) a obrigatoriedade de apresentação da documentação referida na alínea 'a' acima é aplicável igualmente aos casos de contratação de obra, serviço ou fornecimento com dispensa ou inexigibilidade de licitação 'ex vi' do disposto no § 3º do art. 195 da CF, citado;*

*c) nas tomadas de preços, do mesmo modo que nas concorrências para contratação de obra, serviço ou fornecimento de bens, deve ser exigida obrigatoriamente também a comprovação de que trata o inciso III do art. 29 da Lei nº 8666/93 a par daquela a que se refere o inciso IV do mesmo dispositivo legal;*

*d) nos contratos de execução continuada ou parcelada, a cada pagamento efetivado pela administração contratante, há que existir a prévia verificação da regularidade da contratada com o sistema da seguridade social, sob pena de violação do disposto*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

*no § 3º do art. 195 da Lei Maior;*

*6. Feitos esses registros, entendo ser essencial à resolução deste recurso a exata compreensão dos dispositivos constitucionais aplicáveis, bem como a ponderação dos princípios também aplicáveis.*

*7. Nesse sentido, é de se destacar inicialmente o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, haja vista estar ali contido o princípio constitucional da licitação: 'XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.'*

*8. Por sua vez, o art. 195 da Constituição Federal, ao dispor sobre o financiamento da seguridade social, estabelece em seu § 3º que 'A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.'*

*9. Pelo art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, tem-se que a Administração, ao contratar, não tem autorização para exorbitar nas exigências de qualificação técnica e econômica de concorrentes, de modo a assegurar ampla participação de interessados e, ao mesmo tempo, permitir a seleção da proposta mais vantajosa, certificando-se de que o futuro contratado terá condições de executar o objeto, sem o comprometimento do interesse público, que é o bem tutelado pelo princípio da licitação.*

*10. Em paralelo, pelo art. 195, § 3º, da Constituição Federal, restringe-se a participação de interessados em contratar com a Administração Pública que não estejam em situação de regularidade perante a seguridade social.*

*11. Conjugando-se essas disposições, verifica-se, conforme ensinamento de Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª edição, Ed. Dialética, págs. 315/316), ser excepcional a regra do referido art. 195, § 3º, consagrando espécie de 'punição' determinada pela própria Constituição Federal. Seria, portanto, ao ver do doutrinador, 'a única ressalva permitida, no âmbito de regularidade fiscal, ao disposto no art. 37, inciso XXI (...)'. Nesse sentido, não haveria permissão ao aplicador da lei para incluir outras restrições, em face do art. 29, inciso III, da Lei nº 8.666/93 ('III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;'), por ser incompatível com o texto constitucional.*

*12. Com relação à dispensa de que trata o art. 32, § 1º, da Lei nº 8.666/93, a sua compreensão remete, a meu ver, à relação custo x*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

*benefício da contratação. A dispensa deve decorrer do fato de a Administração não identificar na situação risco à satisfação do interesse público, uma vez que não se vislumbraria a possibilidade de ocorrência de inadimplência do contratado. Significa dizer que o gestor está capacitado a identificar a desnecessidade de verificação da habilitação do licitante em face da certeza da satisfação da futura contratação. Nesse sentido, ensinamento do já mencionado Marçal Justen Filho (pág. 353 da citada obra):*

*‘Alterando entendimento anterior, reputa-se que a previsão do § 1º do artigo 32 não é exaustiva. A dispensa da apresentação dos documentos será admissível não apenas quando o montante quantitativo da contratação for reduzido ou quando a natureza do contrato não exigir maiores indagações sobre a situação subjetiva do interessado. Também se admitirá que o ato convocatório deixe de exigir a comprovação de outras exigências facultadas em lei se tal for desnecessário para assegurar a execução satisfatória da futura contratação. Assim, por exemplo, não teria sentido exigir a comprovação da experiência anterior em toda e qualquer contratação, eis que há aquelas em que tal poderá ser dispensado.’*

*13. Com efeito, entendi necessário ao exame da matéria trazer essas considerações para permitir uma reflexão acerca da ponderação dos princípios que devem ser observados nos atos do administrador público. Por certo aqueles insculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal são de observância obrigatória: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Quanto a outros, verifico ser de capital importância para o caso que se examina destacar os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, haja vista que não se pode pretender inviabilizar a gestão de nenhum órgão ou entidade públicos.*

*14. As contratações tratadas neste recurso são de pequena monta e, regra geral, referem-se a situações urgentes ou imprevistas, além de envolverem objetos de extrema simplicidade. Criar exigências para esse tipo de contratação significa, a meu ver, afrontar os princípios da eficiência e da proporcionalidade. Impor ao gestor que cumpra, nesses casos, fases preliminares de verificação de habilitação acrescenta pesado ônus ao interesse público, tanto de satisfação de objeto, quanto financeiro, que não encontram justificativas na exata compreensão dos dispositivos constitucionais e legais mencionados. Diante de eventuais obstáculos, que, na verdade, não têm qualquer relevância perante o diminuto objeto que se pretende ver satisfeito, os diversos interesses devem ser sopesados para, em nome dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, assegurar a satisfação do interesse essencial que deve ser suprido, no caso, o público.*

*15. A manutenção da determinação ora recorrida pode representar a inversão, no meu entendimento, da prevalência da segurança de que o bem jurídico tutelado - o interesse público - será sempre o fator*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

*determinante nas contratações. Por isso, manifesto minha total concordância com as palavras da representante do Ministério Público, quando salienta que 'a busca por uma solução harmônica, diante da colisão entre os princípios, nos conduz à intelecção de que há de prevalecer - nos exatos limites da questão em debate, isto é, nas hipóteses adstritas aos preceitos do art. 24, incisos I e II, da Lei n.º 8.666/93 - os requisitos da eficiência, economicidade e racionalidade administrativa, sob pena de se afastar, visceralmente a incidência dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, igualmente abrigados pela Carta Magna e também norteadores da administração pública'. Assim, ciente de que essa é a melhor compreensão para as disposições constitucionais e legais aplicáveis, deve ser provido o recurso.*

*16. Por fim, saliento que não se pretende aqui esgotar a discussão acerca da exceção à regra criada pelo art. 195, § 3º, da Constituição Federal, mas, apenas, suscitar novas reflexões sobre o tema, em especial em decorrência do seu caráter punitivo e das possibilidades de questionamento de débitos previdenciários e conseqüentes alternativas de regularização conferidas pelo próprio Estado.'*

Vê-se, pois, que, a despeito de o § 1º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993 não fazer expressa menção aos casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação, a faculdade nele tratada aplica-se aos casos de contratação direta.

Portanto, as formalidades existentes para que a Administração Pública realize aquisições de bens e serviços de pequeno valor, utilizando-se dos meios mencionados na consulta em apreço, encontra amparo na Lei nº 8.666/1993 e suporte no Decreto Federal nº 7.962/2013, este acima reproduzido.

Outro aspecto a considerar nesta manifestação em resposta à consulta em tela diz respeito à celebração de contrato de adesão, mediante subscrição de formulário da internet, no caso de contratação diretamente realizada no site da fornecedora do bem ou serviço pretendido pela Administração. Diz-se que esse procedimento constitui empecilho à inclusão de cláusulas essenciais à higidez do ajuste, consoante o disposto no art. 55 da Lei nº 8.666/1993.

Penso que essa objeção não procede em relação à situação fática tomada como hipótese na consulta em tela.

Como é sabido, a Administração Pública, para a consecução de suas finalidades, ora ajusta com terceiros a realização de obras e serviços, ora acorda a aquisição ou locação de bens indispensáveis às ações administrativas, ora aliena determinados bens de seu patrimônio.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

O parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 8.666/1993, que disciplina essas relações jurídicas nas quais figuram os órgãos e entidades públicas como partícipes, conceitua contrato, para os fins nela previstos, como *“todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada”*.

Depreende-se dessa definição legal que, se os ajustes ostentarem *“um acordo de vontades”* e *“a estipulação de obrigações recíprocas”*, elementos característicos de um contrato conforme esse dispositivo legal, serão eles reputados como contratos, seja qual for a denominação que se lhe der.

Todos os instrumentos contratuais devem conter cláusulas necessárias à sua validade. No caso daqueles que guardam pertinência com as relações jurídicas reguladas pelo Estatuto das Licitações, o artigo 55 desse diploma legal dispõe que são cláusulas necessárias as que estabeleçam:

*“I - o objeto e seus elementos característicos;*

*II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;*

*III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;*

*IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;*

*V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;*

*VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;*

*VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;*

*VIII - os casos de rescisão;*

*IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;*

*X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;*

*XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;*

*XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;*

*XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas,*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

*todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.”*

O fato de o aludido dispositivo legal assim prescrever não significa que em todos os contratos os respectivos instrumentos deverão, necessariamente, conter essas cláusulas. Isso é assim porque a própria lei prevê casos que excepcionam tal regra. Confira-se, a título ilustrativo, o que prescrito nestas disposições da Lei nº 8.666/1993:

*“Art. 60 .....*

*Parágrafo único. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" desta Lei, feitas em regime de adiantamento.*

*(...)*

*Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.*

*(...)*

*§ 4º É dispensável o ‘termo de contrato’ e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.”*

Mais uma vez traz-se à colação o judicioso escólio de Marçal Justen Filho<sup>8</sup>, que ao discorrer sobre esse particular aspecto dos contratos celebrados pela Administração Pública assere:

*“O texto do caput do art. 55 induz à necessidade de que todo contrato administrativo contenha as cláusulas enumeradas nos diversos incisos. Porém, nem todas as hipóteses dos diversos incisos são realmente obrigatórias. Ou seja, a ausência de algumas delas descaracteriza um contrato administrativo e acarreta a nulidade da avença. Quanto a outras cláusulas, sua presença é desejável, mas não obrigatória. São obrigatórias as cláusulas correspondentes aos itens I, II, III, IV e VII. As demais ou são dispensáveis (porque sua ausência não impede a incidência de princípios e regra legais) ou são facultativas, devendo ser*

---

<sup>8</sup> Ibid. pg. 939



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

*previstas de acordo com a natureza e as peculiaridades de cada contrato.”*

Vê-se que as disposições do artigo 55 da Lei nº 8.666/1993 também não se constituem em óbice para a Administração Pública proceder à contratação diretamente no *site* da fornecedora do bem ou serviço almejado, conforme situação que descreve o órgão consulente na consulta em apreço.

Em face da linha de entendimento que vem de ser explicitada no exame da situação fática que conforma a hipótese versada na consulta ora em apreço, que pondera os valores enunciados pelos princípios da legalidade, da eficiência e da economicidade, tenho que neles encontra lastro a celebração de contratos diretamente nos *sites* de fornecedores de *software* na hipótese de a pesquisa de preços indicar ser essa via mais vantajosa e quando a contratação fundar-se na dispensa de licitação prevista no art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993.

Essa linha de entendimento conduz-me a, com a devida vênia, divergir do encaminhamento proposto pela Unidade Técnica, com o qual concorda o Ministério Público de Contas. Tenho que deve a Corte responder afirmativamente ao questionamento formulado pela Defensoria Pública do Distrito Federal.

O órgão ministerial que oficia no feito propõe, consoante o Parecer nº 1036/2020-G2P (peça 11), subscrito pela ilustre Procuradora **Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira**, a realização de Estudos Especiais a respeito do tema em apreciação, tendo em vista a relevância que possui ante os novos modelos de comercialização derivados das tecnologias emergentes.

Conquanto tenha me manifestado sobre o mérito da consulta, o que fiz submetido às disposições constitucionais e legais que atualmente regulam essa matéria, entendo pertinente a proposta do *Parquet*. É que não se deve olvidar o recente advento da Lei nº 14.133/2021, que trata da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Como é sabido, decorridos 02 (dois) anos da data da publicação oficial desse novel diploma legal, a Lei nº 8.666/1993 será revogada.

Assim, a realização dos Estudos Especiais proposta pelo *Parquet* há de propiciar orientações valiosas no sentido de imprimir mais eficiência às ações administrativas dos jurisdicionados deste Tribunal, considerando as disposições da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Diante de todo o exposto, acolhendo em parte o encaminhamento proposto pela Unidade Instrutiva e pelo Ministério Público de Contas, **VOTO** no sentido de que o Tribunal:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

- I -** conheça da consulta objeto do Ofício nº 338/2020 – DPDF/DPG (peça 3) e da Nota Técnica nº 40/2020 – DPDF/DPG/ASSEJUR (peça 4);
- II -** esclareça à consulente ser viável à Administração Pública celebrar contratos eletrônicos diretamente nos sítios eletrônicos de fornecedores de produtos de informática na hipótese de a pesquisa de preços indicar ser essa via a mais vantajosa e quando for possível se realizar a contratação por dispensa de licitação fundada no que dispõe o artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993;
- III -** determine a Secretaria Geral de Controle Externo que, pela Unidade Técnica competente, efetue Estudos Especiais considerando, à luz da Lei nº 14.133/2021, as questões tratadas neste feito; e
- IV -** autorize a devolução dos autos à SEGEM para fins de arquivamento, bem como que se disponibilize à Defensoria Pública do Distrito Federal a decisão que vier adotar a Corte, acompanhada do Relatório/Voto que a fundamenta.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 2021.

**ANTONIO RENATO ALVES RAINHA**  
Conselheiro-Relator